

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: Journal da Tarde Class.: 135

Data: 08-02-85

Pg.: _____

Negociação com os apinajés começa hoje

O presidente da Funai já viajou para a região, onde ficará até resolver o problema. E em Brasília informou-se que o governo tem uma proposta para os índios.

190

Sob a proteção de guerreiros armados, mais de 100 índios, com foices, facões e machados, começaram ontem a abrir picadas no meio da mata a apenas três quilômetros de Tocantinópolis, dando início à demarcação da área de 148,6 mil hectares de terras, reivindicadas pela tribo Apinajés. Mas em Brasília, ainda ontem, informou-se que o presidente Figueiredo deverá assinar um decreto, criando para os índios uma área menor, com cerca de 130 mil hectares.

O presidente da Funai, Néson Marabuto, saiu para viajar ontem mesmo de Brasília para Tocantinópolis, depois de um contato com o ministro Mário Andreazza. Mas recusou-se a fazer qualquer declaração. Segundo seus assessores, "parecia satisfeito, pois recebeu de Andreazza a confirmação de que o governo vai mesmo optar por uma solução com base na Constituição e no Estatuto do Índio".

Na região, o bloqueio à Transamazônica, imposto por 24 horas pelos indígenas comandados pelo cacique Itucarramãe Raoni, foi suspenso diante da promessa do presidente da Funai, de apresentar hoje aos chefes de oito tribos reunidas na Aldeia São José uma definição do governo para acabar com o conflito que se arrasta há um mês, com risco iminente de choque armado entre índios e fazendeiros do norte de Goiás.

Desde que a disputa pelas terras que circundam Tocantinópolis tomou aspecto de guerra, essa foi a primeira vez que os apinajés chegaram tão próximos do perímetro urbano da cidade, fazendo com que o presidente da Câmara dos Vereadores, Evandro Guimarães, reunisse em sua casa mais de 20 fazendeiros, dispostos a formar milícias civis para enfrentar os índios. O comandante do policiamento do interior de Goiás, coronel Benvidio de Souza Leite, não teve como impedir que os índios partissem para as picadas. "Não recebi ordens para isso e sim para dissuadir o conflito", justificou ele ao colocar 20 homens da Polícia Militar na estrada onde, em caminhões, índios das tribos guerreiras partiram para o local da demarcação das terras.

Encenação?

São 16 quilômetros de fronteira seca em mata fechada, separando o território do qual os apinajés se consideram proprietários naturais, por terem chegado ao local antes dos brancos. O ponto de partida, formando um corredor de oito metros de largura, situa-se entre os povoados de Passarinho e Pau Seco, muito próximos a Tocantinópolis e por isso mesmo considerados "um barril de pólvora" pelos fazendeiros.

Assumindo essa linha divisória



Os Apinajés já começaram a abrir picadas, perto de Tocantinópolis.



Há homens armados protegendo os índios

Fotos: Sérgio Borges.

Um protesto, na reunião dos ambientalistas.

A constatação de que o seminário sobre política ambiental também era parte da política eleitoral de grupos aspirantes ao poder provocou um protesto ontem na Cetesb: as entidades ambientalistas não-governamentais se reuniram no final da tarde e fizeram uma moção de protesto contra "um encontro convertido em cenário de manobras políticas, de promoção de candidatos à condução do sistema de meio ambiente e saneamento básico do País" — revelou um dos participantes.

O documento das entidades será distribuído hoje, no último dia dessa reunião convocada pela assessoria técnica do presidente eleito Tancredo Neves, "que não conta com a participação da comunidade científica e ambientalista, ao contrário do que o presidente da Cetesb declarou à imprensa, uma vez que nem convites recebeu" — deixaram claro os representantes das entidades ambientalistas não-governamentais do Estado. Repetiram as críticas às contradições e omissões do documento contendo as diretrizes da nova política ambiental brasileira — que hoje será o fio condutor dos debates finais, contando com a participação, pela manhã, do secretário especial do Meio Ambiente, Paulo Nogueira Neto.

Colegiado

O secretário participou do seminário ontem, explicando que na véspera havia permanecido em Brasília, acompanhando o encaminhamento da Política Florestal para a Amazônia Brasileira ao Congresso

Nacional ("não sei explicar por que ela ficou quase seis anos engavetada, sei que para ser posta em prática exigirá um colegiado de alto nível, com a participação de todas as forças da Amazônia, as comunidades indígenas e todos que ali vivem", comentou Nogueira Neto).

Fez campanha pelo fortalecimento da Sema mas evitou falar sobre sua permanência na direção ("O novo governo tem um leque de opções muito grande; há dez pessoas que estão credenciadas a ocupar o meu cargo"), alegando que o único cargo permanente que possui é o de professor-adjunto do Departamento de Ecologia do Instituto de Biociências, "para onde estou preparado para voltar". Não descarta, no entanto, a possibilidade de ser mantido à frente dessa secretaria que tem 320 funcionários apenas, entre técnicos e auxiliares burocráticos, para proteger a natureza do País e a qualidade de vida de seus 130 milhões de habitantes.

Realmente, concordaram os ambientalistas não-governamentais, é de penúria total a situação da Sema, mas isso apenas comprova "a política institucional do faz-de-conta, do manter as aparências, da minimização das tragédias resultantes do descaso oficial para com a ecologia: inundações, deslizamentos de morros e estradas, rompimentos sucessivos de tubulações de produtos altamente letais à vida, alterações climáticas, erosão alucinante dos solos férteis e mortalidade precoce de um povo resignado a respirar, comer e beber partículas poluentes,

contraíndo cada vez mais câncer, doenças crônico-degenerativas e outros reflexos da crescente perda de imunidade aos efeitos dos venenos ambientais" — concluíram os ambientalistas.

Seriedade

Segundo declararam somente "quando for reinstaurada a seriedade é que a população poderá ficar livre da farsa e do engodo, personificados nesse sistema fantasmagórico que institucionalmente protege o meio ambiente, mas na prática acoberta quem dele se aproveita criminosamente, com impunibilidade garantida pela tecnocracia que se apoderou dos órgãos responsáveis pelo setor".

Segundo um pesquisador da SBPC, da Comissão de Problemas de Cubatão, a política ambiental defendida pelos tecnocratas é sempre difusa e emaranhada, permitindo tortuosos caminhos "que evitam tratar com seriedade a questão ambiental, preferindo mantê-la dependente da benevolência dos governantes e dos grupos econômicos no poder, cansados de saber o que Adam Smith, o grande pensador da economia, pregava sobre a benevolência. ("Não é da benevolência do açougueiro, do cervejeiro ou do padeiro que esperamos nosso jantar, mas do cuidado que eles têm quanto ao seu próprio interesse.") Preferem permitir a devastação, pois em última instância ela propicia o escasseamento de ar, água, belas paisagens, alimentos, saúde e outros insumos valiosos sob a ótica de que "no começo

era a raridade, a escassez", como reza a bíblia dos economistas.

Economia

Os grupos de trabalho em que se subdividiram os participantes deverão externar tais preocupações hoje, durante a elaboração da proposta de política ambiental a ser encaminhada ao próximo presidente, Tancredo Neves, repetindo as discussões sobre como eliminar o abismo que separa a ecologia da economia ("Abismo artificial, pois na realidade preservar a saúde pública e prevenir catástrofes e tragédias decorrentes da imprevidência é uma questão de estilo de vida, de inteligência e sensibilidade, conforme atestam os padrões de qualidade de vida exigidos pelo povo dos países desenvolvidos" — arrematou o pesquisador da SBPC).

Se a Sema continuar recebendo 40 vezes menos recursos do que a Cetesb recebe, a situação continuará catastrófica — reivindicou Nogueira Neto, depois de lembrar que além de tudo ela controla uma área territorial duas vezes maior que a do Líbano; 2,1 milhões de hectares teoricamente pertencentes às 22 estações ecológicas que o secretário criou em 11 anos consecutivos de administração, dos quais confessa ter extraído uma lição: "O preço da preservação ambiental é a eterna vigilância. Se não houver esse cuidado ou interesse da população pelo mundo em que vive, nada sobrará para nossos filhos e netos".

Randáu Marques

ria, segundo Evandro Guimarães, "o município ficará na desgraça", pois perderá grandes propriedades produtivas. Para o vereador, os apinajés estão encenando a situação de conflito com o objetivo de forçar a Funai e o Getat a resolverem logo o problema. Os vereadores também querem o mesmo, confiantes porém numa decisão que lhes seja favorável, face ao que representa o município dentro da política estadual. Ainda ontem, o principal defensor da demarcação de 85 mil hectares para os apinajés — que a Funai não aceita —, o secretário de Segurança de Goiás, José Freire, era aguardado na cidade, mas por razões não explicadas cancelou a visita que faria ao prefeito José Sabóia.

Marabuto não chega

Por coincidência, Marabuto, com chegada programada para a mesma hora, ficou em Carolina, no Estado do Maranhão, "Para mim é importante que os dois cheguem logo", resumiu o capitão Martins, do Grupamento da PM destacado para linha de conflito, sem saber explicar o motivo do desencontro. Da última vez que esteve em Tocantinópolis, no final da semana passada, Marabuto atribuiu a José Freire a violência reinante na cidade, depois que o vereador pedesista, José Bonifácio, feriu com um tiro de escopeta o soldado Gérson Edmar Leite. O alvo era um funcionário da Funai que semanalmente abastece o veículo dos índios no posto da cidade. Ontem, o soldado ferido teve de ser removido às pressas para Goiânia, devido ao agravamento de seu estado de saúde. Gérson teve 22 perfurações de chumbo no intestino, segundo os médicos.

O sertanista Cláudio Romero também acredita que com a presença das duas autoridades maiores das partes em litígio, seja possível ganhar tempo para indispor os fazendeiros a resolverem a questão à força. Romero tinha informações que Marabuto chegará à aldeia preparado para ficar o tempo que for necessário. "Sem dúvida ele trará uma boa notícia para os índios", afiançou o sertanista, reiterando que está muito difícil para ele controlar os índios nas picadas. Do outro lado, porém, o vereador Evandro Guimarães dava o mesmo aviso: "Se continuarem, não terei como impedir que os fazendeiros lutem pelos seus direitos".

Em Manaus, o ministro do Interior, Mário Andreazza, afirmou ontem à noite que em sua administração sempre foi respeitada a Constituição e o Estatuto dos Índios, "razão pela qual será encontrada a melhor das soluções para o problema dos Apinajés".